



RESUMO DE SEGURANÇA DE ÁFRICA

UMA PUBLICAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

A Militância Islâmica em África

POR TERJE ØSTEBØ

- ◆ O aumento do extremismo islâmico em regiões do Sahel e do Corno de África ameaça cada vez mais a estabilidade regional. A influência crescente destes grupos militantes decorre da sua capacidade de explorar o descontentamento e persuadir comunidades marginalizadas, e em particular os jovens, de que as suas queixas podem ser ressarcidas pela instauração de uma cultura islâmica mais radical.
- ◆ Apesar de terem estendido a sua influência, os combatentes islamistas em África não detêm de modo geral uma grande capacidade militar nem pretendem necessariamente conquistar o poder a nível do estado, tendendo antes a ser fenómenos localizados, centrados em problemáticas específicas.
- ◆ As organizações islamistas em África, de um modo geral, gozam do apoio de apenas uma pequena minoria no interior das comunidades muçulmanas. No entanto, intervenções irreflectidas, especialmente as que envolvem forças ocidentais, correm o risco de reforçar o discurso dos extremistas e fortalecer desse modo a sua influência e capacidade de recrutamento.

DESTAQUES

A ocupação de mais de metade do território do Mali por combatentes islâmicos, a violência crescente do Boko Haram no norte da Nigéria e anos de violência por motivos religiosos na Somália vieram chamar de novo a atenção para o fenómeno do extremismo islâmico em África. Entretanto, multiplicaram-se no Sahel e no Corno de África os confrontos violentos entre grupos rebeldes e forças governamentais, as organizações extremistas desenvolveram a sua capacidade bélica, aumentaram os ataques terroristas contra civis, incluindo atentados suicidas, foram impostos pelos extremistas às populações os seus rígidos códigos morais — com práticas da lapidação e amputação —, locais históricos sagrados foram destruídos e centenas de milhares de civis deslocados. A capacidade mostrada pelos extremistas de conquistar e dominar por longos períodos vastas extensões de território tem adiado e posto em causa a construção do Estado na Somália. No Mali, separou

o norte do sul e exacerbou o impasse político em Bamako. Existe igualmente o risco de a prolongada instabilidade em regiões do Sahara-Sahel contaminar toda a região. A perspectiva de uma propagação do extremismo islâmico e de uma escalada de violência noutras partes do continente também constitui motivo de alarme.

Embora os riscos de escalada da violência sejam significativos, as conquistas dos grupos extremistas islâmicos não resultam apenas da sua capacidade bélica. O reforço da sua influência é antes de mais consequência de contextos políticos frágeis e complexos. De forma geral, o extremismo islâmico na África de hoje resulta do cruzamento de correntes mais amplas do Islão contemporâneo com circunstâncias locais. Torna-se ainda mais difícil reagir a este fenómeno, uma vez que pouco se sabe destes grupos, que operam com grande secretismo, e alguns dos quais são muito recentes.

A EMERGÊNCIA DA MILITÂNCIA ISLÂMICA EM ÁFRICA

O termo militância islâmica designa neste texto um conjunto de grupos e movimentos muçulmanos que, partindo de opções religiosas, pretendem impor pela violência normas de carácter religioso, social e político. As escolhas religiosas baseiam-se em interpretações das escrituras que estes grupos consideram terem autoridade de lei. Os militantes islâmicos distinguem-se assim dos movimentos islâmicos que pretendem levar a cabo mudanças políticas ou promover reformas de cariz religioso por meios pacíficos como, por exemplo, a educação e o *da'wa* (proselitismo). Importa também recordar que os militantes islâmicos representam uma tendência minoritária entre as correntes ideológicas do Islão.

A militância islâmica surgiu na Somália em meados da década de 1980 com a formação da *al Itihad al Islamia* (“Unidade islâmica”), que desencadeou as suas operações armadas no início da década de 1990. A *Al Itihad* desapareceu de cena a partir de 1996, mas a sua ideologia e principais activistas continuaram a desempenhar um papel no movimento bastante diversificado dos Tribunais Islâmicos Unidos (UIC), surgido em meados da década de 2000. Em 2006 os UIC mantiveram o controlo de Mogadíscio durante alguns meses, até serem esmagados pela intervenção etíope em Dezembro do mesmo ano. Surgiu depois no seu lugar o movimento *al Shabaab*, composto de uma nova geração de militantes islâmicos cada vez mais determinados a usar a violência para atingir os seus objectivos. Além de desencadear uma guerra de guerrilhas que lhe permitiu dominar vastas áreas do sul da Somália, o *al Shabaab* acrescentou os atentados suicidas ao seu repertório. Este movimento foi no entanto travado a partir de 2011 por diversas ofensivas da Missão da União Africana na Somália (AMISOM) e do exército somali, reforçadas mais tarde por forças militares quenianas e etíopes.

Na Nigéria, os atentados terroristas recentemente perpetrados por um grupo conhecido pelo

nome de Boko Haram (*Boko* significa “educação secular, ocidental” em língua Hausa, e *Haram* significa “pecaminoso”, em árabe) chamaram de novo a atenção para os combatentes islamistas. Este grupo foi fundado cerca de 2002 por Mohammed Yusuf, um activista autodidacta inspirado na Sociedade dos Estudantes Islâmicos da Nigéria (MSSN), formada em 1954, e particularmente nos ensinamentos de Ibrahim al Zakzaki e do estudioso de salafismo Mahmoud Jafar Adam. Yusuf acabaria por desenvolver uma corrente ideológica própria, distinta das outras correntes islamistas e salafistas da Nigéria.¹ Yusuf esteve activamente envolvido na aplicação das leis da *Sharia* introduzidas no norte da Nigéria no início de 2000, mas depressa considerou este processo demasiado complacente. Após diversos confrontos de baixa intensidade entre o Boko Haram e forças de segurança nigerianas a partir de 2003, e a seguir a um breve interlúdio, a violência intensificou-se depois de Yusuf ser morto pela polícia nigeriana em 2009. O movimento chamou as atenções do mundo em Agosto de 2011 com o atentado suicida levado a cabo em Abuja contra a sede da Organização das Nações Unidas na Nigéria, bem como ataques contra esquadrões de polícia e igrejas cristãs nos anos seguintes. A estrutura de liderança do Boko Haram permanece envolta em mistério desde a morte de Yusuf, mas o grupo tem mostrado determinação e capacidade para prosseguir as suas actividades terroristas.

“...os militantes islâmicos representam uma tendência minoritária entre as correntes ideológicas do Islão”

Os dois principais movimentos extremistas islâmicos que operam no norte do Mali são o *Ansar al Din* (“Defensores da Fé”) e o *Jama'at Tawhid Wal Jihad Fi Garbi Afriqqiya* (“Movimento para a Unidade e a Jihad na África Ocidental”, ou MUJWA). O *Ansar al Din* foi criado em fins de 2011 por Iyad Ag Ghali, antigo líder rebelde Tuareg, que tem sido descrito como um oportunista pragmático. O MUJWA foi criado sensivelmente na mesma altura, mas pouco se sabe deste grupo à excepção do seu plano anunciado de travar uma jihad na África Ocidental, e do facto de ser financiado essencialmente pelo tráfico de droga e sequestros para a obtenção de resgates.

Biografia: O Dr. Terje Østebø é Professor Assistente no Centro de Estudos Africanos e Departamento de Teologia da Universidade da Florida.

Os seus membros são maioritariamente tuaregues, árabes da Mauritânia e do Mali, e adeptos oriundos da Nigéria e doutros países do Sahel. Tanto o Ansar al Din como o MUJWA surgiram durante ofensivas desencadeadas em Janeiro de 2012 pelo Movimento Nacional de Libertação de Azawad (MNLA), movimento que se define como nacionalista e secular, em luta por uma pátria tuaregue independente. Após colaborações pontuais entre os dois movimentos nos primeiros tempos, as relações entre o MNLA e os combatentes islâmicos deterioraram-se em Maio de 2012, quando estes últimos assumiram a liderança e chegaram mesmo a confrontar-se nalgumas áreas com o MNLA na luta pela conquista de cidades estratégicas no norte do Mali. Tem havido muita especulação sobre as divergências internas entre o MUJWA, o Ansar al Din, e as forças comandadas do exterior, e mais conhecidas, pertencentes à Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI). Tais divergências devem-se possivelmente a divergências ideológicas, incompatibilidades pessoais, diferenças étnicas e a luta pelo controlo das extensas redes de contrabando que operam na região do Sahel e do Saara. Persistem deste modo muitas interrogações quanto à capacidade militar e política dos grupos de militantes islâmicos do Sahel e a viabilidade de uma frente política coordenada da Al-Qaeda nesta região.²

CORRENTES IDEOLÓGICAS

Apesar da importância dos aspectos políticos e socioeconómicos envolvidos, o facto de estes movimentos se definirem em termos de opções religiosas obriga a uma análise das suas características ideológicas. A militância islâmica em África forma parte de uma corrente ideológica abrangente e global. Nalguns casos, inclui ligações a organizações do mesmo género fora de África. Infelizmente, não existe uma investigação rigorosa sobre essas ligações, o que frequentes vezes leva a reduzir a complexidade desses vínculos ideológicos ao conceito muito vago de um “Islão global.” Na realidade, o Islão contemporâneo caracteriza-se por uma heterogeneidade e fragmentação doutrinária cada vez maiores, o que se repercute inevitavelmente na actividade dos combatentes islâmicos no terreno. Estes grupos defendem interpretações altamente singulares dos dogmas religiosos, expressões locais muito específicas do islamismo e

uma incoerência ideológica que os orienta para uma diversidade de percursos difícil de prever.

Tendo em conta esta pluralidade, será hoje mais correcto definir a militância islâmica em África como uma militância salafista. O salafismo é uma corrente religiosa, geralmente não violenta, consagrada à defesa da pureza religiosa, religiosidade pessoal e moralidade islâmica. Tem-se dedicado sobretudo a combater determinados costumes e o sufismo no Islão, bem como, desde a década de 1980, a opôr uma resistência activa às influências ocidentais, que considera afectarem negativamente a “religiosidade” dos muçulmanos.³ Tanto o al Shabaab como o Boko Haram têm origem nos movimentos salafistas que apareceram na Somália e na Nigéria na década de 1970. O salafismo, por intermédio do *Jama’at al Tabligh* (movimento global não violento de proselitismo islâmico), começou a ganhar influência no centro e norte do Mali a partir do início da década de 1990, através de diversas ONG islâmicas, actividades da’wa e escolas religiosas. O líder do Ansar al Din, Iyad Ag Ghali, aderiu à Tabligh no início da década de 2000, antes de enveredar por um caminho cada vez mais extremista. É provável que a sua estada na Arábia Saudita enquanto membro da missão diplomática maliana o tenha posto em contacto com o salafismo extremista, e reforçado gradualmente a sua ideologia jihadista.⁴

“...o Islão contemporâneo caracteriza-se por uma heterogeneidade e fragmentação doutrinária cada vez maiores...”

O salafismo sempre assumiu uma postura ambivalente em relação à acção política e ao poder político. Tem mantido de um modo geral uma atitude xenófoba, por recear que a actividade política leve os salafistas a cooperar com secularistas e não salafistas, comprometendo a sua pureza religiosa. Apesar de os salafistas favorecerem em princípio a instauração de um Estado islâmico, a sua estratégia política para o alcançar nunca foi claramente definida e privilegiaram antes o Da’wa e o ensinamento dos preceitos religiosos, por considerarem que a islamização da sociedade a partir das bases seria a condição primeira para o estabelecimento de uma ordem política islâmica. Esta forma de pensar era

evidente na fase inicial do Boko Haram, pelo modo como o grupo se opunha à educação ocidental e defendia o corte de todas e quaisquer ligações ao estado secular. Um sinal claro da xenofobia salafista foi a retirada do grupo para Kannamma em 2003, uma pequena cidade na fronteira do Níger, que explicou como acto de abandono de um local “impuro” e procura de *hijra* (“refúgio”) com o objectivo de manter a pureza religiosa.⁵

Nas últimas décadas assistiu-se no seio do salafismo a um reforço das correntes favoráveis ao estabelecimento de uma ordem política islâmica destinada à pureza religiosa, resultado da influência crescente da Irmandade Muçulmana, e em particular de Sayyid Qutb, um dos principais ideólogos egípcios da Irmandade Muçulmana. Os seus ensinamentos, centrados no conceito de participação política, abriram o caminho a novas interpretações sobre as relações entre a pureza, a luta armada e o poder político.⁶ Esta linha é claramente defendida pelos membros do al Shabaab assim como pelos combatentes do Sahel e o Boko Haram, que consideram que o Islão se encontra ameaçado de corrupção pelas forças seculares, que é impossível manter a pureza religiosa em sistemas políticos não islâmicos, e que o uso da violência é o único recurso. Apesar da sua vulnerabilidade, tanto o al Shabaab como os combatentes do Mali conseguiram conquistar territórios para este fim. Impuseram um código rígido destinado a garantir a “pureza religiosa”, destruíram santuários sufistas e proibiram actividades rotuladas de “imorais” como fumar, beber álcool e mastigar khat, aplicaram sanções *hudud* (“restrição”) como a pena capital, a amputação e a flagelação. O Boko Haram, que não conseguiu assegurar um domínio territorial comparável, defende a imposição de um programa idêntico de “pureza política” a todos os nigerianos, independentemente da sua filiação religiosa. A par da expansão do salafismo na Nigéria, foi promovida pelo MSSN uma política mais assertiva do islamismo. Este movimento inspirou-se no ressurgimento do pensamento islâmico durante a década de 1970 e a revolução iraniana de 1979, e conquistou uma ampla adesão entre os jovens muçulmanos da Nigéria. Nem os salafistas dessa época, nem o MSSN, no entanto, estiveram envolvidos em qualquer forma de militância política organizada e violenta.

UM FENÓMENO LOCAL

Apesar de os grupos militantes islâmicos em África continuarem associados a correntes ideológicas mais vastas, é evidente que as circunstâncias locais têm desempenhado um papel importante no seu aparecimento e trajectória. Trata-se de fenómenos essencialmente locais, de grupos de combatentes islâmicos que se formam e desenvolvem em determinado contexto, e cujo programa se centra em problemáticas imediatas.

“...foram militantes islâmicos locais, mais do que a AQMI, os responsáveis pela escalada de violência...”

A incapacidade do governo do Mali em investir e manter de forma continuada uma forte presença do Estado no norte do país, por exemplo, criou um ambiente favorável à expansão do extremismo islâmico e à escalada de violência na região. Importa sublinhar que foram militantes islâmicos locais, mais do que membros da AQMI, os responsáveis pela escalada de violência e a derrota das forças do governo e do MNLA. Existem igualmente sinais de que estes grupos extremistas estão mais interessados em destruir regimes que consideram corruptos e instaurar um governo islâmico nos territórios que dominam, do que em travar uma jihad global como advoga a AQMI.

Da mesma forma, a história política singular da Somália continua a ser relevante para explicar a situação actual. Os longos anos de regime autoritário de Siad Barre produziram défices democráticos e uma sociedade civil frágil. A guerra civil em que o país se envolveu no início da década de 1990 criou condições de conflito permanente entre uma série de grupos em disputa pelo poder e os recursos. O que passou despercebido à maioria dos observadores foi o facto de os somalis terem reagido ao caos e à violência juntando-se nas mesquitas e refugiando-se na religião, o que muito contribuiu para a politização progressiva do islamismo na Somália. A muitos níveis, tanto os esforços do UIC como do al Shabaab para aplicar a lei islâmica tinham por objectivo pôr termo à violência anárquica e restaurar a estabilidade política.

A história diferente da Nigéria também contribuiu para explicar o programa do Boko Haram, em particular no que se prende com o legado do Califado de Sokoto, estabelecido por Usman dan Fodio depois da sua famosa jihad no início do século XIX e a experiência do colonialismo britânico. O califado tem sido, em várias ocasiões e de diferentes formas, reconhecido como fonte de orgulho e refer-

“nas últimas décadas assistiu-se no seio do salafismo a um reforço das correntes favoráveis ao estabelecimento de uma ordem política islâmica destinada à pureza religiosa”

ência histórica pelos que contestam o Estado secular nigeriano e defendem a aplicação da lei islâmica. Foi aquilo que levou Mohammed Yusuf a bater-se pela instauração da sharia nas províncias do norte da Nigéria em 2000. Além disso, a oposição do Boko Haram à educação ocidental tem origem no período colonial, em que surgiram as escolas seculares administradas por missionários cristãos. Os muçulmanos do norte já possuíam estruturas de ensino islâmico próprias e não queriam enviar os filhos para as novas escolas cristãs. O receio de que a educação secular afastasse os alunos dos preceitos do Islão repete-se agora nos apelos do Boko Haram ao boicote da educação ocidental.

Outro aspecto importante e muitas vezes esquecido é o factor étnico. Enquanto o MNLA tem uma identidade etno-nacionalista assumida, os outros grupos militantes islâmicos no Mali têm as suas circunscrições étnicas próprias, que incluem árabes do Sahel e sub-clãs tuaregues. Parece, por exemplo, que as divisões étnicas têm dificultado as relações entre os combatentes do Mali e da AQMI, movimento dominado por argelinos.⁷ O objectivo dos combatentes malianos de instaurar um estado islâmico talvez seja por isso de natureza menos expansionista e se circunscreva a territórios definidos por considerações de etnia. A militância islâmica na Somália está igualmente ligada ao nacionalismo somali, o qual, por sua vez, se prende com a política regional. A famosa declaração de jihad da UIC contra a Etiópia em 2006 foi uma iniciativa de carácter claramente etno-nacionalista, baseada no objectivo

declarado de “derrubar todo e qualquer obstáculo à integração dos irmãos somalis no Quênia e na Etiópia e devolver-lhes o direito de viverem na terra dos seus antepassados na Somália.”⁸ Na perspectiva do al Shabaab, com efeito, os conceitos de estado islâmico e nação somali são convergentes e encontram-se ameaçados por potências vizinhas “infieis”.

As operações indiscriminadas de combate à militância islâmica também correm o risco de radicalizar contextos locais e agravar a situação. Classificar de extremistas todos os movimentos islâmicos e adotar medidas repressivas e imponderadas pode gerar um descontentamento mais profundo que degenere em violência. De facto, a promulgação por parte de regimes autoritários, como a Etiópia e o Uganda, de legislação “contra o terrorismo” para na realidade acabar com uma série de grupos da oposição, tem sido uma prática negativa recorrente. Por outro lado, os esforços ocidentais de combate ao terrorismo têm pecado por uma insuficiente compreensão das dinâmicas locais. Perseguir movimentos que não têm objectivos políticos nem combatentes extremistas pode contribuir para reforçar o apoio local à militância. A classificação indiscriminada da UIC como movimento perigoso de combatentes islâmicos, que levou à intervenção da Etiópia em 2006, foi decisiva para o aparecimento do al Shabaab e de novos fenómenos de radicalização na Somália. Deste modo, as respostas à militância islâmica na Somália, Nigéria e norte do Mali, assim como noutros contextos africanos onde a ameaça é menos nítida, devem ser cuidadosamente ponderadas para não agravar a situação.

Por outro lado ainda, os conflitos tendem a adquirir dinâmicas próprias. Assim, as medidas repressivas de regimes políticos ou intervenientes externos podem levar os combatentes islâmicos a lutar pela sobrevivência e agravar a violência. São medidas que correm o risco de reforçar a denúncia da ilegitimidade do Estado, e lançar mais achas na fogueira. No caso do Boko Haram, a escalada dos confrontos com a polícia e forças de segurança nigerianas provocou um endurecimento dos objectivos e táticas do movimento. O desejo de vingança após a execução de Mohammed Yusuf e o ressentimento provocado por alegados abusos policiais contra membros do Boko Haram foram instigadores importantes do agravamento do conflito.

RECRUTAMENTO E CRESCIMENTO

O surgimento dos movimentos islamistas actuais, violentos como não-violentos, é frequentemente atribuído à pobreza, ao desemprego e às carências socioeconómicas. Embora as condições económicas e sociais sejam evidentemente importantes, continuam a não ser suficientes para explicar um fenómeno tão complexo. Apesar de estas organizações recrutarem muitos dos seus membros entre os pobres, o discurso militante é geralmente rejeitado pela grande maioria dos oprimidos. Por outro lado, os militantes islâmicos conseguem conquistar adeptos entre as classes média e alta, incluindo organizações profissionais e grupos de estudo organizado nas universidades.

“[os movimentos salafistas] talvez não acabem com a pobreza nem criem empregos, mas oferecem à juventude insatisfeita um modelo universal alternativo de pertença e de acção social, em que a desilusão dá lugar a um sentimento de dignidade e a exclusão adquire um sentido”

Apesar de os movimentos militantes islâmicos integrarem adeptos de diversas camadas sociais, por outro é notória no seu seio a forte presença de jovens, o que, em princípio, sustenta a tese das carências socioeconómicas, já que a juventude é o grupo demográfico que mais sofre com o desemprego e aquele que enfrenta piores perspectivas económicas. Além disso, a juventude africana não vive marginalizada só em termos económicos como, muitas vezes, divorciada do seu meio cultural e atormentada por questões de identidade e de pertença. Os contactos com grupos salafistas ou islâmicos e a exposição a líderes carismáticos, como Mohammed Yusuf, do Boko Haram, situam essa angústia num quadro religioso, no qual o Islão se apresenta como solução global, poderosa e única. As deficiências locais e os acontecimentos mundiais são vistos por este prisma como sinais de um mundo que ameaça o Islão e que contraria a vontade de Deus. Além de apresentar-se como o único caminho da salvação, a participação, militante ou não, em movimentos salafistas ou is-

lâmicos também confere um sentimento de maior poder pessoal. Estes grupos talvez não acabem com a pobreza nem criem empregos, mas oferecem à juventude insatisfeita um modelo universal alternativo de pertença e de acção social, em que a desilusão dá lugar a um sentimento de dignidade e a exclusão adquire um sentido. Além disso, o discurso sobre a pureza e a moralidade, associado à ideia de um acesso privilegiado à verdade, gera sentimentos de superioridade que, por sua vez, traçam fronteiras rígidas em relação aos que estão situados no outro lado. Os “outros” são vistos como uma ameaça à pureza religiosa e como objecto de conquista. Quando esta ideologia é alimentada dentro grupos fechados dotados de uma liderança forte, fica muito facilitado o caminho para o combate militante.

Os contextos locais também têm um grande peso no recrutamento dos militantes islâmicos. O al Shabaab registou um aumento de apoio significativo durante a intervenção etíope em 2006, por exemplo. A mobilização contra os etíopes “infieis”, considerados arqui-inimigos históricos da Somália no contexto específico das relações entre cristãos e muçulmanos da região, resultou neste caso de uma combinação de fervor nacionalista e religioso. Quando os etíopes retiraram, a capacidade de recrutamento do al Shabaab diminuiu significativamente. No norte do Mali, as ligações entre os combatentes islâmicos e o contrabando produziram uma teia complexa de incentivos.⁹ Embora os seus contornos permaneçam obscuros, sabe-se que Mokhtar Belmokhtar, o emir da AQMI, utiliza as receitas do contrabando na região do Sahel a favor da sua organização desde o início de 2000. Além disso, o contrabando faz parte integrante da economia informal do Sahel, com base em agentes e motivações diversos, o que gerou uma situação na qual o zelo religioso vive de mãos dadas com objectivos de lucro económico.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA O FUTURO

O sinal mais evidente do poder crescente dos combatentes islâmicos em África é a sua capacidade de dominar grandes extensões de território, que lhes oferece um terreno de operações onde aplicar as suas ideologias radicais. Apesar de a pressão exercida pela AMISOM sobre a Al Shabaab ter reduzido a

capacidade deste movimento, a expansão territorial dos militantes islâmicos no Mali coloca sérios desafios no longo prazo. A violência prolongada nesta região pode, por sua vez, favorecer vários elementos desestabilizadores.

Por outro lado, manter o controlo sobre vastas áreas geográficas, incluindo vilas e cidades, representa para os combatentes islâmicos da Somália e do Mali um grande e inédito desafio de *governança*. Apesar de lhes ser possível dominar grandes áreas pela força das armas, o mesmo não pode dizer-se em relação à gestão política dessas mesmas áreas e ao fornecimento sustentado de serviços básicos à população, razão importante do apoio popular detido por grupos como o Hezbollah e o Hamas. Neste contexto, o al Shabaab alcançou um êxito muito limitado. O bloqueio imposto pelo grupo à prestação de auxílio a uma população atingida pela fome, além da proibição de fumar, ver televisão e, em particular, consumir khat, provocaram uma resistência generalizada por entre a população somali. Além disso, a vontade do Ansar al Din, al Shabaab, e MUJWA de imporem pela força das armas a pureza religiosa segundo uma interpretação literal da sharia pode facilmente produzir efeitos contraproducentes. De facto estes grupos não desfrutaram de uma forte base de apoio popular. A destruição dos santuários sufistas, o apedrejamento de alegadas adúlteras e as amputações punitivas geraram protestos, tanto na Somália como no Mali, e reduziram ainda mais a capacidade de governação destes grupos combatentes.

Em termos militares, a militância islâmica em África não representa uma ameaça de grandes dimensões. O al Shabaab contará possivelmente alguns milhares de combatentes, enquanto o Boko Haram talvez possua algumas centenas de membros. Os diversos grupos de combatentes islamistas no Mali terão provavelmente menos de mil efectivos cada. No entanto, o número de mortes causadas, o sofrimento, as violações de direitos humanos e a possibilidade de uma escalada da violência tornam imperativo considerar a militância islâmica em toda a sua gravidade. Nestes contextos importa acima de tudo identificar medidas susceptíveis de restaurar a ordem a curto prazo, por um lado, e demonstrar sensibilidade relativamente às complexidades locais, por outro. O objectivo primordial deve ser o de prevenir uma maior radicalização das populações

muçulmanas e dar uma resposta adequada aos problemas que possam ter estado na origem da adesão à militância islâmica.

Melhor informação. Grande parte da análise dos riscos que representam os militantes islâmicos assenta em informações bastante incompletas. É necessário aprofundar conhecimentos e obter informações credíveis sobre os movimentos militantes islâmicos e os contextos em que surgem, designadamente informações detalhadas sobre o discurso que estes grupos utilizam e que problemas locais invocam para mobilizar apoios. Essa análise exige a colaboração de indivíduos com um profundo conhecimento do terreno e longa experiência em determinado contexto. Essa análise deve permitir identificar não só as medidas de pacificação urgentes no imediato mas facultar também um enquadramento histórico, político, económico e sociocultural. É essencial obter um conhecimento subtil e diferenciado que permita identificar as principais causas da violência e facilite uma melhor compreensão do modo como os movimentos militantes se cruzam com situações críticas em locais específicos.

Envolvimento local. Os líderes comunitários e as autoridades religiosas locais devem participar e ser ouvidos na discussão das necessidades e problemas prementes das populações. Isto é particularmente importante em África, em vários contextos. Antes de atribuir todas as reivindicações a uma “radicalização” do Islão, é necessário ouvir diversas vozes no terreno. É necessário escutar as queixas de falta de representação, marginalização e exclusão, o que, muitas vezes, implica um esforço cuidadoso de construção de confiança entre os governos e grupos muçulmanos de diferentes persuasões e etnias. As autoridades locais e nacionais devem reconhecer essas queixas e promover políticas mais inclusivas, que estimulem a participação política e aproximem os cidadãos do Estado de forma a desencorajar o extremismo. Trata-se obviamente de uma tarefa difícil para Estados frágeis e com poucas tradições democráticas, pelo que os parceiros regionais e internacionais devem apoiar esses esforços de forma diplomática e sustentada.

Encetar o diálogo com os militantes. Apesar de ser difícil, devem ser envidados esforços sustentados para envolver os militantes islâmicos no diálogo, com vista a encontrar soluções para os conflitos em

curso. Geralmente, os movimentos militantes são diversificados a nível interno e alguns deles serão susceptíveis de optar por uma via moderada.¹⁰ É necessário identificar os elementos moderados e procurar oportunidades de negociação que respeitem a complexidade de cada contexto, o que também implica equilíbrios delicados entre a responsabilização daqueles que cometeram crimes e actos de violência e abordagens pragmáticas capazes de restabelecer a ordem e a segurança.

Emprego da força direccionado e participação integrada. O emprego da força em áreas como a Somália e o Mali coloca um grande dilema. Embora o envolvimento de agentes regionais como a AMISOM possa funcionar a curto prazo, as consequências a longo prazo não são tão evidentes. A intervenção militar na região do Sahel deve ser assim objecto de uma reflexão cuidadosa, ainda que talvez seja indispensável para repor a estabilidade e evitar nova escalada. Idealmente, a presença militar deveria ser assegurada pelas autoridades nacionais; no entanto, em termos concretos, os governos da Somália e do Mali têm-se revelado incapazes de fornecer uma resposta militar eficaz, havendo por isso necessidade de envolvimento externo. A presença militar no terreno, no entanto, precisa de ser acompanhada de medidas que facilitem a participação das populações, em termos políticos e económicos, de forma continuada. Só desta forma se alcançará a paz e uma estabilidade duradoura. Para conquistar apoio popular é necessário permanecer atento às prioridades urgentes de cada localidade. O escasso apoio popular ao al Shabaab e combatentes do Mali talvez acabe por funcionar deste modo a favor dos esforços de estabilização. Por outro lado, é urgente trabalhar em prol de uma verdadeira construção do Estado,

que favoreça a participação local e a criação de instituições democráticas capazes de responsabilizar os regimes locais perante os cidadãos e dar resposta a queixas de ordem étnica, social e religiosa.

NOTAS

¹ “The Popular Discourse of Salafi Radicalism and Salafi Counter-radicalism in Nigeria: A Case Study of Boko Haram,” *Journal of Religion in Africa* 42, no. 2 (2012).

² “General Thoughts on the Tuareg Rebellion and AQIM” *The Moor Next Door*, Abril 1, 2012, acessível em <<http://themoornextdoor.wordpress.com/2012/04/01/general-thoughts-on-the-tuareg-rebellion-and-aqim>>.

³ Bernard Haykel, “On the Nature of Salafi Thought and Action,” in *Global Salafism: Islam’s New Religious Movement*, editado por Roel Meijer (London: Hurst, 2009).

⁴ Baz Lecocq e Paul Schrijver, “The War on Terror in a Haze of Dust: Potholes and Pitfalls on the Saharan Front,” *Journal of Contemporary African Studies* 25, no. 1 (2007).

⁵ David Cook, “Boko Haram: A Prognosis,” James Baker III Institute for Public Policy of Rice University, Dezembro de 2011.

⁶ Quintan Wiktorowicz, “Anatomy of the Salafi Movement,” *Studies in Conflict & Terrorism* 29, no. 3 (2006).

⁷ “Opportunities Taken in Mali: Ethnic Dimensions & Additional Explanations on the Emergence of MUJWA,” *The Moor Next Door*, Abril 12, 2012, acessível em <<http://themoornextdoor.wordpress.com/2012/04/10/ethnic-dimensions-additional-explanations-on-the-emergence-of-mujwa>>.

⁸ Mohammed Olad Hassan, “Islamic Leader Urges ‘Greater Somalia’,” *Nazret.com*, Novembro 19, 2006, acessível em <http://nazret.com/blog/index.php?title=ethiopia_islamic_leader_urgues_greater_so&more=1&c=1&tb=1&pb=1>.

⁹ Cédric Jourde, *Dissecar as Camadas de Instabilidade no Sahel: o Caso da Mauritânia*, CEEA Resumo de Segurança de África No. 15 (Washington, DC: National Defense University Press, Setembro de 2011).

¹⁰ Zachary Devlin-Foltz, *Estados Frágeis de África: Fortalecimento dos Extremistas*, Exportação do Terrorismo, CEEA Resumo de Segurança de África No. 6 (Washington, DC: National Defense University Press, Agosto de 2010).

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

Diretor Interino:
Michael E. Garrison
National Defense University
300 Fifth Avenue, Building 21
Fort McNair
Washington, DC 20319-5066
Telephone: + 1 202 685-7300
Website: www.africacenter.org

ESCRITÓRIO REGIONAL DO CENTRO DE ÁFRICA EM DAKAR

Gerente Regional:
Gerald Lefler
Telephone: 221 33 869 61 57
Email: Gerald.Lefler@ndu.edu

ESCRITÓRIO REGIONAL DO CENTRO DE ÁFRICA EM ADIS ABABA

Gerente Regional:
Brad Anderson
Telephone: 251 11 130 6683
Email: AndersonBG@state.gov

RESUMOS DE SEGURANÇA DE ÁFRICA

Editor: Dr. Joseph Siegle
Telephone: + 1 202 685-6808
Email: SiegleJ@ndu.edu

O Centro de Estudos Estratégicos de África apoia o desenvolvimento de políticas estratégicas dos EUA que visam a África, oferecendo programas académicos de alta qualidade e relevantes, fomentando a consciencialização e o diálogo sobre as prioridades estratégicas dos EUA e assuntos relacionados com segurança em África, criando redes de líderes militares e civis africanos, americanos, europeus e internacionais, assistindo as autoridades dos EUA na formulação de políticas eficazes para África e articulando as perspectivas africanas a autoridades dos EUA.



O Resumo de Segurança de África apresenta pesquisa e análise de especialistas do CEEA e eruditos, com o objectivo de avançar a compreensão das questões de segurança Africanas. As opiniões, conclusões e recomendações expressas ou implícitas são dos contribuintes e não refletem necessariamente a opinião do Departamento de Defesa dos Estados Unidos ou qualquer outro órgão do Governo Federal. Para mais informações sobre o CEEA, visite o Web site <http://www.africacenter.org>.

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

<http://www.africacenter.org>

ISSN 2164-4039